



A placa na entrada da cidade: a (re)nomeação dos seus sujeitos
A sign at the entrance of the city: the (re) naming of its citizens

Stella Maris Rodrigues Simões¹

Resumo

Refletiremos, no interior do quadro teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, sobre a renomeação do espaço de uma cidade (e de seus sujeitos), por meio da fixação de uma placa em sua entrada. Esperamos que a análise dos recortes produza um deslocamento no modo de pensar o “espaço-cidade”, lugar de circulação e deslocamentos de sentidos, e de individuação de sujeitos que se significam por esses sentidos.

Palavras-chave: cidade, sujeito, renomeação, espaço.

Abstract: We will reflect upon renaming the space of a city (and its citizens), through the field of the French Discourse Analysis by placing a sign at the entrance. We hope the analysis of the cutouts produces a shift in thinking on the "space-city", area of traffic, displacement of senses, and the individuation of the citizens who are meant for these senses.

Keywords: city, subject, renaming, space.

¹ A autora é mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), graduada em Licenciatura Plena em Letras pelo Centro Universitário de Itajubá (Universitas). É estudante pesquisadora filiada ao grupo “Discurso, individuação do sujeito e processos identitários – espaço, acontecimento e memória no sul mineiro (DISUP)” onde sob orientação da professora Dra. Eni P. Orlandi desenvolveu este trabalho. Endereço postal: Rua Evangelina Renó Gomes, nº 73, Bairro: Medicina, Itajubá/MG. CEP. 37.502.152 E-mail: stellamsimoes@yahoo.com.br

Introdução

*As casas espiam os homens
Que correm atrás das mulheres.*
Carlos Drummond de Andrade

O olhar de Drummond sobre a casa, que não é apenas o abrigo do homem, mostra, no domínio literário, a personificação do espaço – lugar que significa – materializando um pensar que foge ao arquitetônico, à organização do ambiente, e ao social, indivíduos articulados nesse ambiente. Esta análise também não será um “espionar” estrutural, mas pensaremos sobre a significação do espaço de uma cidade, observada como sentidos organizados e em constante movimento.

Orlandi (2004), refletindo sobre os sentidos da cidade, afirma que “no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro.”. Quais seriam, então, os sentidos produzidos *em* uma cidade? Quais os sentidos produzidos *por* uma cidade? Quais os sentidos produzidos *a* uma cidade?

O sujeito capitalista, este ser do discurso jurídico, é primordialmente cidadão. Vocábulo cuja origem etimológica liga-se à do termo cidade. Um sujeito é, pois, indivíduo de direitos e deveres, é parte da nação, ao se fazer cidadão. Antes mesmo de existir materialmente, a criança é significada em seu espaço. A licença garantida pela empresa, um lugar cedido à gestante ou uma conversa sobre o nome do bebê são práticas do cotidiano constituintes do imaginário do povo; cidade que significa o cidadão, ainda “não matéria” no território urbano.

Assim, pensando nessa relação “cidade e sentido”, refletiremos sobre a (re) nomeação de seu território. Termo aqui inscrito não em um domínio geográfico, mas, conforme afirma Orlandi (2011), “estamos pensando o enlaçamento significativo entre sujeito, espaço, linguagem e acontecimento”. O território é, assim, um espaço simbólico, delimitado por relações de poder em que o sujeito se inscreve e é inscrito por ele.

Buscaremos compreender, por meio da análise de placas fixadas na entrada de cidades, como os textos produzem sentidos à população local e como afetam o imaginário do visitante, no modo como o individualizam, em seu processo de identificação, em sua inscrição em formações discursivas, constituídas a partir desses gestos de nomeação.

A fixação de uma placa: um gesto de nomeação

O ato de atribuir um nome é um gesto constitutivo do sujeito, que busca a imagem de singularidade, de distinção, de identidade como indivíduo na sociedade já que “a evidência de que somos sujeitos é um efeito ideológico elementar”, como afirma Pêcheux (1975). O território, logo ao se constituir como cidade, também é nomeado, tornando-se a “terra-origem” do povo que nele se significa, no bairro, na rua, na praça, na casa. O(s) sentido(s) circulante(s) em sua origem, cristalizados pelo (e no) nome do espaço, acabam por circular nos sujeitos que se significam neste espaço e por ele.

A denominação (ou nomeação) do espaço cidade, bairro, rua “se interpõe como um corpo opaco entre o corpo do sujeito e o corpo da cidade”, como reflete Costa (2012), contudo a interposição é atravessada pelo imaginário de transparência de que a tríade de corpos possui, na verdade, uma mesma identidade: o povo nasce com a cidade, que se faz pelo povo. Essa transparência imaginária é ratificada pela denominação recebida pelo cidadão, que verbalmente se dá, na maioria das vezes, por uma palavra derivada do nome da cidade. O cidadão, ao nascer, recebe um *adjetivo caracterizador* composto de um *radical* que o identifica como sujeito pertencente a um espaço já nomeado, e de um *sufixo* (-ense, -ano) que o confirma como subordinado a esse espaço de origem.

Assim, a fixação de uma placa com o nome do local não é apenas uma identificação geográfica, mas funciona como um modo de a individuação dos sujeitos (com)-terrâneos (da terra) cuja identidade é materializada por essa identificação territorial; conforme afirma Orlandi (2011) “a identidade, como a pensamos na análise de discurso, resulta de processos de identificação”.

Como podemos pensar, então, na adição de um enunciado ao nome da cidade? Seria ele a substituição da identificação já solidificada ou a caracterização e determinação de um sujeito ainda se constituindo, em seu modo de individuação, face a um espaço urbano?

Pode-se pensar na identidade de um território como um contínuo processo de identificação, processo que altera a constituição do sujeito cidadão e que é alterado por ele. Não há substituição, mas constituição simultânea de sujeito e espaço. Território e sujeitos, ao se significarem como/na cidade, são nomeados – a materialidade da individuação – contudo, o processo de identificação é contínuo como o crescimento territorial; o espaço, já cristalizado como cidade, é novamente nomeado. A renomeação

por meio de um enunciado caracterizador desencadeia a individuação em relação a outras cidades, a outros sujeitos (de outras cidades).

Devemos refletir aqui no conceito pechêutiano de memória discursiva que seria “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux 2010). A memória discursiva é atravessada por interpretação, repetição e representação, um jogo constante entre o que lhe constitui internamente e o que a provoca externamente, seja com deslocamento ou silenciamento (ORLANDI, 2005).

A placa torna-se, assim, a tentativa (simbólica e imaginária) de materialização da memória discursiva local, a somatória de distintos modos de sobredeterminação. O nome da cidade – sobredeterminação primeira - adicionado ao enunciado – sobredeterminação segunda – padroniza os sujeitos que se significam no espaço, e distingue-os dos sujeitos de espaços outros: homogeneidade e heterogeneidade constitutivas da formação imaginária sobre uma cidade. É a busca pelo imaginário fechamento do sentido, a cidade completa, acabada, saturada.

O enunciado da placa: a busca pela completude

Foram analisadas placas fixadas na entrada de três cidades do Sul de Minas Gerais: em Borda da Mata, em São João da Mata, e em Itajubá. A escolha dessas placas é justificada pela filiação de nosso trabalho ao grupo de pesquisa “Discurso, individuação do sujeito e processos identitários – espaço, acontecimento e memória no sul mineiro (DISUP)”, da Universidade do Vale do Sapucaí.

Refletimos sobre os sentidos que circulam e se (re) produzem, nos enunciados associados ao nome da cidade, e como esses enunciados funcionam na (re)nomeação do espaço urbano. Devemos considerar que, como afirma Pêcheux (1993), “(...) é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (...)”.

No município de Borda da Mata (Figura 1), a placa foi fixada na rodovia MG 290, que atravessa a cidade. O viajante, ao ser atravessado pelos sentidos circulantes na

placa, é atravessado também pelos “valores” que circulam no espaço-cidade, pela memória discursiva local.



Figura 1: Placa da entrada da cidade de Borda da Mata-MG. Fonte: do Autor

O enunciado caracterizador “Bordando Horizontes – Tecendo o Futuro”, renomeação que especifica, foi inserido abaixo do nome da cidade, em destaque. A presença da forma nominal gerúndio faz funcionar a imagem de movimento, de dinamicidade, e circular o sentido cristalizado (histórico e econômico) da cidade, já que Borda da Mata é fração do Circuito das Malhas. Assim, os verbos ligam-se a uma formação discursiva capitalista: as ações de bordar e tecer são constitutivas do sujeito trabalhador, e são sentidos que interpelam o indivíduo cliente.

Porém, ao pensar nos sentidos outros que atravessam o enunciado, percebe-se também a presença de uma formação discursiva filosófica. Os verbos não se filiam somente ao discurso do capital, da venda, do lucro, mas a um discurso motivador, otimista, o que percebemos funcionar em “futuro”, “horizonte”. Não só os produtos desencadeiam crescimento, mas o gesto (empírico) de tecer e bordar impulsiona a cidade, o cidadão. Discurso que suscita a imagem da cidade como a que se compromete socialmente, produzindo no sujeito o efeito de sentido de singularidade.

Assim, a introdução da placa gera um deslocamento no processo discursivo de nomeação do território, com suas consequências, entre elas, a resignificação de seus sujeitos. A placa, nestas condições de produção, é um objeto simbólico que entra em

relação (de sentidos) com os outros objetos simbólicos. Borda da Mata – espaço que circundava a mata – é deslocada para a cidade que produz material e socialmente. O sujeito morador é alvo e produtor da transformação, e o sujeito visitante é instado a participar desse movimento.

A renomeação dos sujeitos (morador e visitante) ocorre por *um mesmo enunciado*, um processo de individuação único que garante a unidade territorial. Produtores e consumidores co-operam em seus interesses, a fim do crescimento e da manutenção da economia – o imaginário capitalista.

No município de São João da Mata (Figura 2), ocorre um processo de individuação distinto. *Dois enunciados* foram fixados na entrada da cidade: no primeiro - considerando a ordem de leitura ocidental – há a interpelação do indivíduo visitante, o que ainda não pertence ao espaço; no segundo – enunciado da direita - há a interpelação do indivíduo morador, o cidadão dito pela placa.



Figura 2: Placa da entrada da cidade de São João da Boa Vista-MG. Fonte: do Autor

O nome da cidade – individuação primeira do sujeito morador – é apresentado não em destaque, mas inserido no enunciado dirigido ao visitante, que simbolicamente se significa pelo imperativo “seja” e pela saudação “bem vindo”. Contudo, a posição de um sujeito que não pertence ao espaço determinado é apagada e logo substituída pela posição do morador. O pronome “nossa”, inserido antes mesmo de que se apresente o território, filia o “estrangeiro” à “nova terra” que também lhe pertence. O que sugere um movimento que indistingue uma posição da outra.

Pêcheux (1993) afirma que “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).” Sabe-se que entre a

situação-visitante e a posição-morador há uma grande lacuna, já que um sujeito recém chegado a um território não é ainda significado por ele.

O “abismo”, porém, é apenas imaginário, pois a relação entre definição – a imagem do provável - e a representação – a imagem do improvável - não é acessível ao sujeito, que se (re)significa por meio do pronome possessivo. O sentido do vocábulo “nossa” realiza movimentos de interpretação aparentemente paradoxais: individua o visitante que é re-assujeitado, agora como cidadão de São João da Mata, ao mesmo tempo que o filia indistintamente ao conjunto dos muitos habitantes.

O sujeito, ao se ligar à cidade (por posições imaginárias), liga-se à memória discursiva local, à historicidade, aos sentidos e aos sujeitos que circulam no espaço. O novo cidadão se inscreve na “discursividade sãojoanense “e é convidado a se significar nesse território. A inscrição (renomeação) do sujeito é ratificada pelo segundo enunciado, em que o cidadão, já renomeado, é colocado na posição sujeito-locutor, aquele que ama a cidade a qual pertence.

Na segunda placa, o cidadão “fala” não por meio de um grupo, mas de modo individual. É um cidadão individuado que enuncia em primeira pessoa, porém que pertence à terra e ao conjunto delimitados previamente (primeira placa). O “eu”, ainda que singular, é a materialização de um sentimento plural, uníssono, dos sujeitos que se significam naquele espaço.

Percebe-se, ainda nesse enunciado, a substituição da letra “o” por um símbolo, o “coração”. A mudança observada não deve ser lida apenas como uma ação de troca realizada por um “sujeito pensante” que ama sua cidade, mas deve ser analisada como a inserção do enunciado em uma outra discursividade, o que gera um deslize não somente aos sentidos dos vocábulos, mas na maneira de renomear o território e seus sujeitos.

Para Pêcheux (2010), “a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito.” Não podemos compreender o funcionamento e a leitura da imagem “coração” como idêntica a letra “o” ou substituível por ela, mas essa se mostra – na opacidade constitutiva - como deve ser lida enquanto imagem transparente, ainda que essa transparência seja um efeito de seu intrínseco “programa de leitura”.

Assim, a inscrição em outra conjuntura produz simultaneamente um efeito metafórico e um efeito metonímico. É metáfora ao se pensar em substituição de

elementos que, como afirma Pêcheux (2011) “teriam a propriedade de ser ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos”. O coração “pode ser” a letra devido a seu formato e a seu sentido cristalizado que o remete ao ato de amar, contudo “não é” a letra por não se significar sempre como “o”.

Ocorre também metonímia se pensarmos no deslize, já institucionalizado por muitos gestos de memória literários, históricos, populares, que filiaram o coração como o órgão produtor de sentimentos. O sentido de um símbolo – o não verbal – é prolongado, estendido, como o sentido do próprio sujeito renomeado, que agora ama a cidade. Tanto a associação metafórica como o prolongamento metonímico são inscritos em uma discursividade peculiar que interpela os sujeitos e o espaço, já renomeados.

A imagem em questão insere o enunciado em uma formação discursiva ligada ao “sentimento como modismo”. O coração se inscreve no discurso jovial (o adolescente que deve demonstrar seu amor), no discurso midiático (o gesto que une ídolos e fãs), no discurso capitalista (a marca que deve ser adquirida). É o “sintoma” do discurso disponível, (Orlandi 2004) o que renomeia a cidade como jovem, atual, “da moda”, características que se estendem aos seus sujeitos.

Pêcheux (2011) afirma que “a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso.” A substituição da letra pela imagem – cujos traços remetem a um desenho infantil – não é uma “escolha” por outra formação discursiva, mas a construção do símbolo já é um efeito da filiação, o que suscita deslocamentos e efeitos ao espaço-cidade e a seus sujeitos.



Figura 3: Placa da entrada da cidade de Itajubá-MG. Fonte:do Autor

O processo pelo qual ocorre a renomeação do território de Itajubá é bastante distinto do ocorrido nos outros municípios analisados. Há, na cidade, duas entradas

principais, nas quais não há placa fixada. Os enunciados (Figura 3) foram dispostos em uma entrada que liga Itajubá a Maria da Fé, rodovia de menor fluxo, se comparada às outras. Contudo, os sentidos que atravessam os enunciados filiam-se, talvez, ao local (empírico) de sua colocação, ou seja, vinculados mais estreitamente às suas circunstâncias de enunciação.

A ausência de elementos (casas, instituições, comércio) nessa entrada faz com que o visitante não reconheça o território como singular, como único. É necessário, assim, identificá-lo; gesto simbólico que não ocorre nas outras entradas, onde empresas, casas, presídio... significam a “Itajubá” e “acolhem” o recém-chegado. A placa é a materialização de dois gestos: o de apresentar a cidade e o de representar os sentidos que circulam “materialmente” em suas outras duas entradas.

Diferentemente do processo de renomeação analisado anteriormente (Figura 2), na primeira placa não há o nome do território, mas apenas o enunciado que o renomeia. A relação causa – consequência (parceria-qualidade) é sustentada pelo verbo “produz” inscrito em um discurso capitalista, de produção. Discurso que pode ser “visualizado” nas demais entradas, em que indústrias corporificam o capital, a produção.

No enunciado também circulam outros sentidos que compõem o imaginário da cidade e a memória discursiva local. A junção de ensino superior – capital humano – a emprego – setor industrial que absorve o humano – é significado pelo termo “parceria”. Ligação não obrigatória, outorgada, mas harmônica, amistosa. O complemento (o resultado) “qualidade de vida” inscreve-se em um discurso do homem atual, cuja satisfação buscada não é apenas a financeira, mas a psicológica, a imaterial. É também um “lembrete de memória” (ORLANDI, 2011) de um discurso midiático veiculado em 2006, em que Itajubá foi considerada “uma das melhores cidades para se viver”.

Após individuar o visitante, atravessado pela “referenciação – substituta” do imaginário produzido pelo empírico das demais entradas, é apresentado o nome da cidade e uma saudação de que o sujeito, já cidadão itajubense, é bem-vindo. A nomeação tem assim menor importância em relação à renomeação, gesto que singulariza o território em relação aos outros do Sul de Minas.

A antecipação parece visível e cristalizada. Pêcheux (1993) afirma que “esta antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso (...)”. Ao ser atravessado pelos sentidos da cidade, o sujeito “sentirá” os efeitos da parceria. Cristalização que atravessa o imaginário do visitante, antes mesmo de que ele “leia” o nome da cidade que o (re) significa como parceiro. *A parceria resulta em qualidade de*

vida: mantém-se a ambiguidade, “da melhor cidade para se viver” e da parceria que faz o negócio, o mercado, no mundo capitalista, portanto do que pode ser “bem sucedido”.

Conclusões

A presença de um enunciado, sentido a ser lido, na entrada de uma cidade deve ser analisada como um gesto de renomeação, um gesto de sujeitos que clamam uma nova individuação, um re-assujeitamento que os separem dos muitos cidadãos - sujeitos de cidades – já existentes. Orlandi (2011), retomando Bataille (1946), afirma poeticamente, ainda que na perspectiva discursiva, que “a metáfora do grupo-corpo acalma a angústia da cisão do sujeito.” A placa suscita a imagem do “grupo-corpo”, sujeitos significados em um espaço comum, acolhendo sujeitos de espaços outros; gesto que acalma, borda horizontes, ama, produz qualidade.

O imaginário de singularidade ultrapassa a determinação de um nome já cristalizado, mas requer uma explicação, um enunciado apositivo que o caracterize, renomeando os sujeitos – cidadãos. “A determinação e a explicação se ajustam como peças de um mecanismo indestrutível funcionando na eternidade da evidencia lógico-jurídica” afirma Pêcheux (1981). Efeito de sustentação. O sujeito, cidadão de direitos e deveres, já significado no território, é determinado (e fundido) pelo (no) “corpo cidade”, e clama pela explicação, que gera a evidência da homogeneidade em relação ao grupo, e da heterogeneidade em relação aos outros grupos.

De acordo ainda com Pêcheux (1981), “É a construção de um espaço sem resto em que os dispositivos de engendramento dos nomes se apossam do real aí traçando suas fronteiras, para o esquadrihar e marcá-lo”. O apossar e nomear o território – agora o geográfico - é um imaginário de domínio, de poder, de contenção dos sentidos; imaginário que interpela, desloca, territorializa – agora o discursivo. A busca (imaginária) pela construção do espaço sem resto, do espaço sem silêncio, desloca o sujeito. Drummond já tentara “apossar o real” personificando as casas, esquadrihando os homens, adicionando orações subordinadas que saturassem, completassem os sentidos. As placas, ali re-nomeando, buscam esse sentido sem resto, esse sujeito com fronteiras, esquadrihado. O sujeito “do lugar”.

Referências Bibliográficas

COSTA, Greiciely Cristina da. *Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos*. RUA (online). 2012, nº 18. Volume 1 – ISSN 1413-2109

ORLANDI, Eni P. 2004. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes.

_____. 2005. *Discurso e texto - formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes.

_____. 2011. (org.) *Discurso, espaço e memória*. Campinas, SP: Editora RG.

PÊCHEUX, Michel. 2011. *Análise de Discurso - textos escolhidos por: Eni P. Orlandi*. Campinas, SP: Pontes.

_____. 1981. *Matérialités Discursives*. (Ainda em tradução).

_____. 1993. “Análise automática do discurso”. In: GADET, Françoise. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. 1993. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes.

_____. 2010. *O papel da Memória*. In: *Papel da memória*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes.

_____. 1975. *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Data de Recebimento: 06/05/2013

Data de Aprovação: 26/06/2013

Para citar essa obra:

SIMÕES, Stella Maris Rodrigues. A placa na entrada da cidade: a (re)nomeação dos seus sujeitos. RUA [online]. 2013, no. 19. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: Fotomontagem de Fábio Bastos. 2013

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<http://www.labeurb.unicamp.br/>
Endereço:
LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
UNICAMP/COCEN / NUDECRI
CAIXA POSTAL 6166
Campinas/SP – Brasil
CEP 13083-892
Fone/ Fax: (19) 3521-7900
Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>